



SL 121

C6



John Carter Brown
Library
Brown University

(BRASIL)

6

166

10

TREGOAS

ENTRE

O PRVDENTISSIMO

REY DOM IOAMO IV. DE

Portugal, & os Poderosos Estados

das Prouincias Vnidas.



Impressas em Lisboa, por mandado de

Sua Magestade, Por Antonio Alvarez

seu Impressor. Anno de 1642.

Vendese em casa do Liureiro de Sua Magestade.

TRIGOS

ENTRE

O PRVDENTISSIMO

REY DON JOSEPH IV DE

FRANCIA

DE FRANCIA Y NIDAS



Impreso en Lisboa, por mandado de

seu Magestade, no anno de 1763

na Officina da Impressão Real

de Lisboa, e de Francisco de Paula

sobredita villa da Haya do Conde, & sellada com o seu sello mayor aos noue dias do já dito mes de Junho deste anno presente, o qual tratado, o theor, & forma de verbo ad verbum he o seguinte.

Tratado das treguas, & suspensão de todo o acto, de hostelidade, & bem assi de naugação, commercio, & juntamente socorro, entre o Serenissimo, & Poderosissimo Dom I O A M o quarto deste nome, Rey de Portugal, & dos Algarues daquem, & dalem, mar em Africa, Senhor de Guiné, & da Conquista, naugação, & Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, & da India, &c. De hũa parte, & os Senhores Ordens Gêraes das Prouincias vnidas, de outra, feito começado, & acabado pelo Senhor Tristão de Mendoça Furtado do Conselho de Sua Magestade, & seu Embaixador, & pellos Senhores Rugero Huypkens, Caualeiro Iacobo de Brouchouen; Consul que foi da Cidade de Leide Iacobo Cats, Caualeiro Conselheiro, Pensionario de Holanda, & de Friza Occidental, Gaspar de Vosberghen, Caualleiro, & senhor de Isselaer, João de Reede, senhor de Reins Voude, & Thiens, senhor de VVou Denderch, João VelrDriel, Consul da Cidade Doccum, Assuero, de Haer Solte, Haersty, & Echede, do gouerno de Zelanda, VVigboldo, Aldringa Senador da Cidade de Gronigen,

nigen, administrador de Sibal de bucri, todos deputados no Conselho dos assima ditos Senhores Estados Géraes das Prouincias de Geldria, Holanda, Zelanda, Utrech, Friza, Ouericel, & da Cidade Grouingen, & Homlandia Commissarios dos mesmos Senhores das Ordens Géraes, entre o assima dito Senhor Embaixador, por virtude de certa Prouisão Real, & de húa carta de Sua Magestade, escritas ambas em Lisboa a vinte hum de Janeiro passado, & os assima ditos Senhores Commissarios, em virtude de húa sua Procuração cujas copias, & treslados hirão abaixo escritos.

Mostrou a experiencia que Dom Phelippe segundo Rey de Castella, por força, & poder de armas occupou antigamente a Coroa de Portugal, & pello cõ seguinte priuou o Serenissimo, & muito Poderoso Rey Dom João (antes Duque de Bragança) do indubitauel direito de sua successão, & Iustiza para a dita Coroa de Portugal, como legitimo proximo herdeiro da Serenissima Senhora Dona Catherina, & muitos annos continuos prefeuerarão os successores do dito Rey de Castella em a violenta occupação da dita Coroa de Portugal, quebrantando os concertos & pactos de amizade, confiança, & do Comercio q̃ os Senhores Reys da Coroa de Portugal, com os outros Principes, & nações de Europa, santamente,

A 2 sempre

sempre respeitarão, priuando aos bons subditos, & vassallos da mesma Coroa, de seu direito, & de suas leys, & costumes, & alem disso carregandoos injustamente de intoleraveis molestias, & outras diuersas especies de tyrannia, juntas a execinos tributos, os quais os Reys de Castella, juntamente com o Patrimonio da Coroa Real de Portugal, consumirão, e destruirão com guerras escuzadas, com as quais cousas, sendo os ditos bons subditos, & vassallos daquella Coroa, estimulados, & prouocados, de justo furor, vencido o sufrimento, com grande animo, ousadia, & aduertencia, facodirão aquelle intoleravel, & injusto jugo de el Rey de Castella, restituindoosse a sy mesmos, a sua liberdade; e finalmente por aplauso commum, elegerão, acclamarão derão omenagem, e juramento de fidelidade ao dito Rey Dom Ioão o quarto.

Os muito poderosos Senhores Ordens Gêraes, sentindo juntamente, por sua parte, e tendo bem conhecido a intoleravel tyrannia, e durissimos encargos do dito Rey de Castella, e sua de testavel determinação, para alcançar a Monarchia, de tanto tempo em toda Europa perseguida, e acossada, em vtulidade do bem commum, julgarão ser conueniente, focorrer a intenção honrada, e digna de louuor do dito Rey Dom Ioão o quarto, e com elle fazer, e celebrar o presente concerro, e tratado, deixando, an-

tes, as

tes, as varias, e diuerfas commodidades que em seu proprio commodo, e proueito, no Estado das coulas presentes, assi de aquem, como de alem da linha, puderão de nouo tomar, e possuir, e querem antes em lugar dellas, que se renoue aquella antiga amizade reciproco amor, e comercio que entre os Senhores Reys da Coroa de Portugal, e os Holandeses, de húa, e outra parte, antigamente florecerão.

1 Primeiramente foi assentado, verdadeiro, firme puro, e inuiolauel concerto de tregoa, e suspensão de todo o acto de hostelidade, entre o dito Rey, e as Ordens Geraes, assi por mar, e todas as mais agoas, como por terra, em respeito de todos os subditos, e moradores das Prouincias vnidas, de qualquer condição que elles forem, sem excepção de lugares, ou de pessoas; e bem assi igualmente, em respeito de todos os subditos, e moradores das Regiões do dito Rey, de qualquer condição que forem, sem excepção de lugares, ou pessoas, as quais defendem contra el Rey de Castella, as partes de Sua Magestade, e daqui por diante, se achar que as vão defendendo, e isto em todas as terras, e mares, de húa, e de outra parte da linha conforme as condições, e limitações por ambas as partes abaixo declaradas, por tempo de dez annos, o qual contrato de tregoa, e suspensão de todo o acto de hostelidade, nos lugares de Europa,

ou em qualquer outra parte, cituados, fora dos limites da Jurisdição, concedida em nome deste Estado antes deste tempo, as Companhias das Indias Orientaes, & Occidentaes, começará logo desde a sobescripção deste tratado.

2 Mas na India Oriental, & em todas as terras, & mares debaixo do destrieto, & Jurisdição concedida pellos Senhores das Ordens Gêraes, à Companhia da India Oriental destas Prouincias, começará hum anno despois da data, tanto que neste lugar for apresentada retificação deste Tratado, em nome del Rey de Portugal; Porem se a publica manifestação da ditas tregoaes, & suspenção de todo o acto de hostelidade, chegar mais breuemente a algũa parte das ditas terras, & mares, antes q̃ o dito anno se ja acabado, em tal caso, cada qual, de hũa, & outra Parte, das ditas terras, & mares, desde tempo da dita manifestação, se abstenha de todo o acto de hostelidade.

3 E serão comprehendidos debaixo das ditas tregoaes, & suspenção de todo o acto de hostelidade, todos os Reys, Senhores, & nações da India Oriental, com os quais os Senhores Ordens Gêraes, ou à Companhia da India Oriental destas Prouincias em seu nome, tem amizade, & confederação, se a elles

lhes

lhes parecer serem comprehendidos nas ditas tregoa, & suspensão de todo o acto de hostelidade.

4 Não será licito, durante o dito tempo de dez annos, fazer se de hũa, & outra parte, nem por terra, nem por mar, hostelidade algũa, ou acometimento violento, & será permitido a todas as naos Portuguezas, & que de Portugal, por mandado, & comissão del Rey Dom Ioão o quarto, forem para as terras, & mares que deffendem as partes del Rey, assi como igualmente, as que das ditas partes tornarem para Portugal, nauegar liurementem sem embaraço algum, por respeito da Companhia da India Oriental, destas Prouincias.

5 E da mesma maneira as naos dos subditos destas Prouincias que fizerem a mesma viagem, não serão molestadas pellas ditas naos de Portugal.

6 E hũa, & outra parte esteja liure, & segura em seus tratados, & em seus Contratos.

7 Tambem será liure a cada hũa das partes, nauegar, igualmente possuir seus lugares, & exercitar seu Comercio, sem impedimento algum, assi, & da maneira, que ao tempo da publicação das ditas tregoa, & suspensão de todo o acto de hostelidade em

a India Oriental, possuir os ditos lugares, e hindo, e vindo, exercitaua seu commercio.

8 As ditas tregoas, e suspenção de todo o acto de hostelidade terão seu effeito por tempo de dez annos em as terras, e mares pertencentes ao districto da Jurisdição concedida pelos Senhores das Ordens Géraes à Companhia da India Occidental destas Prouincias desde a data, tão q̃ a retificação deste tratado em nome del Rey de Portugal, neste lugar for apresentada, e a publica manifestação das ditas tregoas, e suspenção de todo o acto de hostelidade chegar a qualquer parte das ditas terras, e mares respectiuamente; desde o qual tempo, hũa, e outra parte em as ditas terras, e seus mares se abstenha de todos os actos de hostelidade. Com tanto que dentro de oito meses despois que a dita retificação for neste lugar apresentada se haja de tratar da paz com a Coroa de Portugal, nas ditas tetras, e mares, pretencentes ao districto da Jurisdição da Companhia da India Occidental, destas Prouincias, como assim primite o Senhor Tristão de Mendoça Furtado, Embaixador, e do Conselho de Sua Magestade de Portugal, para que dentro dos ditos oito meses, depois da sobredita retificação de Sua Magestade aqui neste lugar apresentada, venha juntamente procuração necessaria, ordem, e instrucção, e igualmente pessoa, ou

ou pessoas com authoridade Real, para tratar da dita paz; com tudo se acontecer, contra toda a esperança, & desejo, que a condição da paz se não effeitue, sem embargo disso as ditas treguas, & suspensão de todo o acto de hostilidade, terão inteiro effeito pello tempo de dez annos na forma sobredita, & conforme aos artigos que abaixo se declaram.

9 A Companhia da India Occidental destas Prouincias, & bem assi, os subditos, & moradores nas suas terras adqueridas, & juntamente todos aquelles que dahi dependem, de qualquer nação, condição, ou Religião que sejam, gozem, & logrem em cada húa das terras, & lugares del Rey de Portugal, & pertencentes à mesma Coroa, cituadas em Europa deste mesmo Comercio, izenções, liberdades, & direitos, dos quais, os demais subditos deste Estado, por virtude deste tratado, haõ de gozar, & lograr, com tal condição, que a Companhia da India Occidental destas Prouincias; & bem assi. Os subditos, & moradores, em suas terras adqueridas, & igualmente todos os demais della dependentes, não pretendão levar do Brazil para o Reyno de Portugal a-sucar, Pao Brazil, nem outras mercadorias que no Brazil costuma auer, & delle serem trazidas, assi como tambem, nem a nação Portuguesa, & os subditos, & moradores nas ditas terras acqueridas, nem

B

menos

menos os que della dependem, pertenderão leuar do Brazil, as ditas Prouincias, & Regioes vnidas, açúcar, Pao Brazil, & outras mercadorias que no Brazil costuma hauer, & delle serem trazidas.

10 A nação Holandeza, & bem assi a Portugueza, em quanto durarem as treguas, & suspensão de todo o acto de hostelidade, se socorrerão reciprocamente, & se darão toda a ajuda, & fauer com todas suas forças, quando quer q̃ a occasião, & o Estado das cousas assi o pedirem.

11 Todas as Fortalezas, Cidades, naos, & pessoas particulares, ou sejam Portugueses, ou outros quailquer que forem achados no Brazil, ou em outra parte, os quais fauorecem as partes del Rey de Castella, ou daqui por diante, se reduzirem a seu poder, serão julgados por inimigos communs, aos quais, será licito acometer, perleguir, & vencer por cada hũa das partes, sem se ter respeito ao limite, & termos em que forem achados; Conforme ao que se cada hũa das partes tomar algũ dos ditos lugares, ou fortalezas, pertencerá àquelle por quem for tomado, & juntamente a jurisdicção, & termo de seus campos, & todas as mais vtilidades a elles de antes annexas; sem embargo de os taes lugares, & fortalezas estarẽ cituadas no districto, & termos de cada hũa das partes.

12 Qualquer subdito, de hũa, & outra parte, serà deixado estar, & ficará em posse de seus bens, assi como for achado nelles, ao tempo da manifestação das tregoas, & suspensão de todo acço de hostelidade, & os campos, & termos que estiuerm entre os fins das Fortalezas de hũa, & outra parte (os quais necessariamente se haõ de hauer por proprios & acqueridos ao Senhor que delles for) ficarão com a mesma diuisão, comprehendendo nelle as familias, & nações que lhes tocarem, & determinados pello modo sobredito, os ditos termos, & diuisão, constará à nação Portugueza por hũa parte, & aos subditos destas Prouincias, por outra, quais lugares, commodidades, & termos dos campos ha de conhecer cada hum, & defender como seus.

13 E quanto ao que pertence as propriedades, & possessões dos particulares, que debaixo da dita diuisão se deue comprehender para hũa, ou para outra parte, serà por ventura certo, que algũs lugares estarão dezemparados, & roubados, & outros cultiuados, & pouoados de gente: Com tudo o que pertence aos lugares, cujos habitadores, & proprietarios se passassem a hũa, & outra parte, nem por isso se hauera de fazer restitução algũa, nem de moues algũs q̄ fossem deixados, & achados, mas será conueniente, que cada hum fique quieto com aquillo

B 2

que

que consigo leuou, ou tiuer leuado dos ditos lugares, alsi dezenparados.

14 Porem nos ditos lugares, & terras que ficarão a seus proprietarios, ou a outros possuidores, m f u nome, & lugar, tomandoss: conhecimento da causa, se guardará aos ditos donos, de hũa, & outra parte, seu direito, & posse, precedendo para isso as pro-uas, & documentos necessarios.

15 Sobre as quais coufas, o governo de hũa, & outra parte, em seu districto, respectiuamente, disporá da maneira q̄ entēder q̄ conuē, não se permitindo q̄ algũa outra pessoa se intrometa nas ditas coufas.

16 Os Comercios para os lugares, Senhorios, & termos de hũa, & outra parte, no Brazil, quaiquer que sejam, serã sómente permitidos, alsi meismos, excluidos todos os outros, né seja licito aos Portugueses frequentar os lugares, Jurisdiçoēs, & termos dos subditos destes Estados, né menos aos subditos destes Estados hirem aos semelhâtes lugares dos Portugueses, saluo se de commum vontade, & consentimento parecer de spois contratar em outra forma.

17 Nem seja permitido aos Portugueses, nauegar commerciar, ou tratar para o Brazil com as naos de
nação

nação estrangeira, nem com essas mesmas nações estrangeiras, mas tendo necessidade de algúas naos para o Brazil, serão obrigados o fretar, ou comprar as ditas naos aos subditos destas Prouincias, no qual caso de compra, ou frete, se não aparelharão, nem conduzirão para o Brazil naos de menor porte, que de cento, & trinta lastres, ou de duzentas, & sessenta toneladas, armadas pello menos com dezasseis peças de Artelharía, chamadas botteligen, que lance cada húa sinco, ou seis liuras de balla, & a este respeito, providas de munições de guerra; & quando acontecer, que pellos Portugueses sejam fretadas, ou compradas maiores naos para o Brazil, na mesma forma como dito he, em tal caso serão providas, & bastecidas de quanto mais for necessario, conforme a proporção de seus lastres, & tudo isto sobpena de perdimento, & confiscação da ditas naos, & suas pertencças, as quais se applicarão em utilidade da Companhia da India Occidental destas Prouincias, ou da quelles que della dependem, sendo por elles, a caso, prezas, & tomadas.

18. Nem seja licito aos Portugueses, nem aos moradores destas Prouincias, dar passagem algúa de naos, negros, mercadorias, ou outras cousas necessarias, para as Indias dos Castelhanos, ou para outros

lugares cituados naquellas partes, com penna de per-
cimento da nao, das pessoas, & das fazendas que ahi
forem achadas, & de que como inimigos serão pre-
zos, e tratados.

19 Tudo aquillo, que assi os Portuguezes, como
os subditos destas Prouincias, possuem nas Costas de
Africa, não necessita de diuisão de termos, por quão
entre hús, e outros ha diuerfas familias, e nações que
diuidem, e determinão os termos, e limites.

20 Em quanto ao, que pertencia à nauegação, e cõ-
municação das mesmas costas da Ilha de São Thomé
e de outras Ilhas, que nellas se comprehendem, a hũa
e outta parte será liure, com tal condição, se a mesma
nauegação, e Comercio, ou elle seja de duro, de ne-
gros, e de outras mercadorias de qualquer maneira
chamadas, se faça, e seja destinada, para as Cidades, e
fortalezas, ou porto dellas, as quais cada hũa das par-
tes occupa, e possuiue, para que nellas se paguem as ren-
das, e direitos que costumarão pagar os moradores
Portuguezes, ou os homens liures dos mesmos lu-
gares, em igual correspondencia.

21 E por quanto os Senhores Ordens Gèracs ac-
quirirão por seu proprio poder seus dominios, e ter-
ras no Brazil, e em outras partes em tẽpo q os subdi-
tos, e

tos, & moradores dellas ainda crão vassallos, & fugei-
 tos a el Rey de Castella, & inimigos deste Estado, de
 cuja natureza, & condição forão aquelles que agora
 no mesmo lugar se reduzirão a obediência del Rey de
 Portugal, & se mostraraõ amigos, & confederados
 a este Estado, pella qual rezão, daqui por diante, de
 hũa, & outra parte estara manifesto, duravel concer-
 to, & pura confiança, & juntamente hũs a outros se
 rão com rezão obrigados a se tratarem com amigã-
 uel administração de justiça.

22 Com tudo se têm assentado, q̃ como cõ a mu-
 dança q̃ ouue em muitas propriedades, & possessões,
 assi de bens moues, como immoueis (lõmente pella
 destruição detão molesta guerra) varios subditos, an-
 tes, & despois de seu principio, vierão a obediência do
 estado destas Prouincias, parte dos quais cahirão em
 pobreza, & parte se espalharão, & como muitos Fla-
 mengos fizerão ahy assento, por cõpra de Senhorios,
 que vulgarmẽte chamãõ engenhos, & de outros bês
 de raiz, de nenhũa maneira primite a rezão de estado
 das cousas aly acqueridas, q̃ bês algũs por direito de
 post liminio, ou quasi se possaõ repetir, ou restituir,
 nẽ tambẽ q̃ os subditos dos Senhores Ordẽs Geraes
 pessaõ aos Portuguezes, nẽ os Portuguezes aos sub-
 ditos destas Prouincias, diuidas, ou encargos algũs, &
 muito menos serã cõueniẽte, q̃ pretẽdã as tais cousas
 por via de execuçã, mas cada qual ficara inteiramẽte

com o que estiuer possuindo ao tempo da dita manifestação.

23 Os subditos, & moradores dos lugares do dito Rey Dom Ioão o IV. & dos Senhores Ordens, respectiuamête, durando as Treguas de dez annos, e suspensão de todo o acto de hostelidade, com reciproca confiança, professarão amizade, sem lembrança algũa das offensas, & danos que antigamente se receberam.

24 E se depois por ventura, com animo, & consentimento conformes, o fundamento da guerra, se passar à India Occidental dos Castelhanos, & fazendo alli guerra, com perda do inimigo commum se adquirir cousa algũa, em tal caso, repartindo trocandô, & logrando, amiguelmente, & de commum consentimento, como dito he, se fará concerto: assi como igualmente, durando as ditas treguas, & suspensão de todo o acto de hostelidade, será permitido, com commum consentimento, & aplauso de ambas as partes, mudar os sobreditos artigos, ou parte delles.

25 E será liure aos subditos, de hũa, & outra parte, de qualquer nação, condição, qualidade, & religião, sem exceção de algum, ou elles sejam nados em a

Iurildi-

Jurisdicção de cada hũa das partes, ou nellas tenham seu Domicilio, assistir, nauegar, & comercia com qualquer sorte de mercadorias, & empregos em os Reynos, Prouincias, termos, & Ilhas em Europa, & em qualquer outra parte cituadas daquem da linha; nem serà litito que a nenhum dos subditos de hũa, & outra parte, que por causa da mercancia cõcorrem em cada hũa das ditas terras, trazendoas, ou leuandoas, como dito he, se acrescentem mais cizas, imposições, ou outros direitos do que aquelles que os mesmos moradores, & subditos das mesmas terras costumão, mas igualmente em correspondencia gozem destas mesmas liberdades, & priuilegios, dos quais elles antes vsauão, primeiro que Portugal fosse pellos Castelhanos subjugado.

26 Os subditos, & moradores destas Prouincias, que são Christãos vzem, & gozem de liberdade de Consciencia priuadamente em suas casas, & dentro de suas naos, de liure exercicio de sua Religião em todos os lugares, Cidades, termos, Prouincias, & Ilhas do Reyno de Portugal, ou em seus dependentes, ou seja desta parte da linha, em Europa, ou dalem della, a onde he primitido comerciar: Porem se algum Embaixador, ou outro Ministro publico deste Estado, for mandado a Portugal, em tal caso estes vsarão, & gozarão em suas casas, & domicilios desta liberdade,

C

& exer-

& exercio da Religião, assi como neste estado se premite presentemente ao Senhor Embaixador.

27 Os Senhores Ordens Gêraes, sem esperar a re-
tificação de Sua Magestade para este tratado assisti-
rão a el Rey, & à Coroa de Portugal à sua propriacu-
sta, debaixo de seu sufficiente Almirante, & os mais
necessarios officiaes, com quinze naos de guerra, &
cinco fragatas grandes, bem armadas, & guarneci-
das, prouidas de mantimentos, & artelharia, & ou-
tros petrechos de guerra.

28 Para esta armada, Sua Magestade comprará, ou
fretará a sua propria custa, & debaixo de sua mesma
ordem, semelhante numero de quinze naos de guer-
ra, & cinco fragatas grandes, igualmente armadas,
& guarnecidas de marinheiros, & soldados, & tam-
bem prouidas de mantimentos, & artelharia, & ou-
tros estromentos de guerra, para que ajuntandosse
com as naos, & fragatas grandes destas Prouincias,
se apliquem aos Portos, & costas de Portugal, & de
Espanha, em ordem a fazer dano a el Rey de Castel-
la inimigo commum.

29 El Rey de Pottugal á sua propria custa arma-
rá dez Galeões, ou mais em Portugal, os quais
se ajuntarão à sobredita Armada, para que junta-
mento

mente se applichem contra el Rey de Castella, & contra seus subditos.

30 As naos que de Portugal nauegarem, & bem assi suas cargas, & mercadorias, pertencentes á dita Coroa, ou a seus subditos, das quais conuenientemente se possaõ offerecer prouaueis documentos, não serão confiscadas, posto que a contecesse que as ditas naos, & mercadorias, nauegando debaixo da Bandeira de Castella fossem tomadas com a dita Armada, ou por outras, mas as taes naos, suas cargas, & mercadorias, serão restituídas a seus proprios, & originaes donos.

31 Das prezas, & de outros emulmentos, que pello poder da dita Armada, & Galeões forem acqueridos, será a repartição, & distribuição igual, pro ratta, conformandosse com os corpos, & numero das naos, & isto para preuenir, & cuitar a diuersidade de disputas, quem a diuisão das prezas, & outros bens, ou por occasião delles, por certos respeito resultaria.

32 A el Rey de Portugal seja licito, dentro destas Prouincias mandar assentar, & fazer os officiaes

da milícia de mayor, ou menor dignidade, & també Architectos militares, minadores, engenheiros de fogo, ou outras Artes, os quaes por ventura quererá & isto, à sua custa, & estipendio; & para que este negocio melhor se effectue em nome destes Estados se lhe darâ sempre continuo socorro.

33 Não será primitido debaixo de pretexto algũ, entrar nas casas, quebrantar, olhar, reboouer as cartas, & liuros de contas; ou as mesmas contas dos mercadores subditos, ou moradores destas Prouincias dos Holandeses assistentes no Reyno de Portugal, ou nas Ilhas, ou outros lugares a elle pertencêtes, cituados em Europa, ou prender na cadea as pessoas dos ditos mercadores, sem preceder primeiro informação legal, na forma do estatuto dos lugares respectiuamente, excepto nos casos de crime & leza Magestade, treição publica, ou correspondencia com inimigos.

34 Seja liure, & primitido aos Senhores Ordens Gêraes das Prouincias vnidas, em todos os Portos do Reyno de Portugal, & Ilhas, ou outros lugares a elle pertencentes cituados em Europa, dar cômmissão, & com a diuida authoridade lobestabalecer, procuradores publicos, vulgarmente chamados Consules, assistentes nos ditos Portos, & da mesma maneira

neira serà primitido o proprio a el Rey de Portugal com os Portos destas Prouincias.

35 Este tratado serà confirmado, & retificado por el Rey de Portugal, & pellos Senhores Ordens Gêraes, igualmente, & em melhor forma costumada, como he rezão, dentro de tres meses, que hão de começar desde a data deste, & dar-se ha o mesmo por ambas as partes, liza, & singelamente; & tanto que a retificação de Sua Magestade aqui em Haya, dentro do dito tempo for apresentada, logo com a retificação dos Senhores Ordens Gêraes, se conformarà, & trasladarà.

MVito Poderosos Estados das Prouincias unidas de Holanda, Zelanda, & Friza. Eu Dom Ioão por graça de Deos Rey de Portugal, & dos Algarues, daquem, & dalem, mar em Africa, Senhor de Guine, & da Conquista, nauegação, & Comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, & da India, &c.

Vos enuio muito saudar, como aquelles que muito amo, & prezo. Auendome Deos nosso Senhor feito merce de me restituir a Coroa destes meus Reynos, que por el Rey de Castella erão injustamente vsurpados, & dos quais sem contradicção estou de posse, & lembrandome da vezinhança, & boa amizade, & correspondência, que entre os naturaes destes

Reynos sempre ouue, nos tempos dos Senhores
Reys Portuguezes, meus predecessores, & das ma-
yores rezões, & conueniencias que de presente se
deuẽm considerar, para que se continue, & con-
ferue, me pareceo enuiar logo a Vossas Serenidades,
por meu Embaixador a Tristão de Mendoga Fur-
tado, do meu Conselho, pessoa de quem por sua
qualidade, vallor, & experiencia faço toda a ma-
yõr confiança, para que em meu nome de conta
a Vossas Serenidades de minha restituição nesta Co-
roa, & lhe signifique o animo, & boa vontade
com que estou para restaurar as antigas confede-
rações, com nouas alianças as fazer mais firmes,
de modo que junto ao poder de minhas Armas
o desses Estados, & com assistencia dos outros
Principes de Europa, possa adiantar muito a cau-
sa commum, em que tanto se tem trabalhado, &
lograr a occasião presente com grandes vtilidades,
& augmentos desses Estados.

A tudo o que o dito meu Embaixador dif-
fer de minha parte pesso muito a Vossas Sereni-
dades, que dem inteira fee, & credito, como
a minha propria pessoa, & o que elle assentar,
prometer, & capitular, mandarey cumprir man-
ter, & executar sem duuida, nem falta algũa,
ao que por esta carta me obrigo, & prometo
debaixo

225

debaixo de minha palaura, & fec Real. Escrita em Lisboa a vinte & hum de Janeiro de seiscentos, & quarenta & hum. Estaua firmado EL REY. O sobre escrito dizia. Aos mnito Poderosos Estados das Prouincias Vnidas de Holanda, Zelanda, & Friza, &c. E sellado com o sinete grande Real.

DOM IOAM por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarues, daquem, e da Ieni, mar em Africa, Senhor de Guinë, da conquista, nauegação, e comercio da Ethiopia, Arabia, e Persia, e da India, &c.

Faço a saber a todos os que esta minha Prouiisão virem, q̄ desejando eu que o Comercio, e communicação entre os Vassallos destes meus Reynos, e os habitantes, e moradores dos Paizes, e terras sujeitas ao dominio dos Estados das Prouincias Vnidas de Holanda, Zelanda, e Friza, e das Prouincias Septentrionaes se restitua ao que sohia ser em tempo dos Senhores Rey Portugueses meus predecessores, e se augmento, e creça com mayor frequencia, me praz, e hey por bem de conceder licença, para que todos, e quaisquer pessoas, de qualquer nação, estado, profiçãõ, e condiçãõ que seja, possa liuremente vir a estes Reynos com suas naos, embarcações, mercadorias,

& empregos de todas as sortes, generos, & fabricas que fcrem, ou mandadas debaixo de seus nomes proprios, ou de outros terceiros, & Commissarios, deregidas aos Correspondentes que lhes parecer, & tirar destes Reynos o procedido das ditas mercadorias, & empregos, quando, & como lhes estiuer bẽ, sem embargo das prohibições que atẽgora auia, que leuanto, & hey por leuantadas por esta dita Prouisaõ para que o comercio seja franco, & geral a todos, sem que se lhes faça embargo, reprezaria, ou molestia algũa, pagando sõmente a minha fazenda os direitos deuidos, & costumados; & prometo debaixo de minha palavra, & fee Real de cumprir, & mandar cumprir, & guardar inteira, & infaliuelmente tudo o que nesta minha Prouisaõ se conthem a qual por firmeza de tudo mandei passar por mim assinada, e sellada com o sello grande de minhas armas. Dada nesta Cidade de Lisboa, aos vinte e hum de Janeiro.

Antonio do Couto Franco, a fez anno do Nacimẽto de nosso Senhor Iesu Christo, de mil e seiscentos, e quarenta e hum. E eu Francisco de Lucena a fiz escreuer. Era firmado. EL REY. E a hũa parte, sellado com o sinete grande Real, e abaixo escripto; Prouisaõ, porque V. Magestade ha por bem, pellos respetos nella declarados, de conceder licença a todas as pessoas de qualquer nação que seja, para que liurementẽ possaõ vir comerciar a estes Reynos
com

com suas embarcações , & fazendas , & levar delles o procedido de seus empregos. Para V. Magestade ver.

As Ordens Gêraes das Prôuincias vnidas. A todos , & a cada hum que as presentes virem, ouirẽ, ou lerem , saude. Fazemos a saber , que despois, que ao Serenissimo, & muito Poderoso Dom Ieão o quarto de seu nome, Rey de Portugal , & dos Algarues, daquem, & dalem , mar em Africa , senhor de Guinê, & da Conquista , nauegação, & comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, & da India, &c.

Pareceo mandar a Nós , & ao Estado das ditas Prouincias Vnidas, ao Senhor Tristão de Mendoça Furtado do Conselho de Sua Magestade , & Embaixador Extraordinario, para nos manifestar a venturosa eleição de Sua Magestade, para tão excellentes Reynos, Regioes, & nações, & alem disso, para cõferir, & tratar com nosco sobre a nauegação, comercios, & juntamente socorro , & pello consequinte, para concluir, & estabalecer hum verdadeiro, firme, & sincero contrato de tregoas , & suspenção de todo o acto de hostelidade, assi desta, como da outra parte da linha, por tempo de dez annos; & pedindo a boa ordẽ das cousas, q̃ em nosso nome se elegessem algũas pessoas graues para tratar sobre odito negocio com o dito Senhor Embaixador, & cõm elle concer

D

tar mui

tar mui boas, & fauoreis condições em proueito do bem commum, em geral, & em acrecentamêto destas Prouincias em particular, & juntamente em damno de el Rey de Castella; por tanto, tendo inteira informação, & alem disso, estando confiados em a prudencia, fidelidade, sufficiencia, & diligencia dos muito nobres, esforçados, grandiosos, Doutrissimos, Prudentes, & bem aduertidos Senhores, Rugo Huijgheus, Caualeiro; Iacobo de Brouchoen, Consul que foi da Cidade de Leiden; Iacobo Cats, Caualeiro Conselheiro, Pencionario de Holanda, & Friza Occidental; Gaspar de Vosberghen, Caualeiro, senhor de Isselaer; Ioão de Reede, senhor de Rcins Voude, & Thiens senhor de VVouden Berch, Ioão Veltdriel Consul da Cidade de Doccum Assuero de Haersolte; Haerstij, & Hechde do gouerno de Zelanda; VVigbolde Aldringa Senador da Cidade Delpouingen, Administrador de Sibaldeburi; Respectiuamente, Deputados, no nosso Conselho das Prouincias de Geldria, Holanda, Zelanda, Utrech, Friza, Ouerisel, & da Cidade de Grouingen, & Omlandia, elegemos suas pessoas, & démos a suas Dilecções, como em effeito lhes damos, por virtude destas plenario poder, & authoridade, para conferir com o dito Senhor Embaixador, & com elle, na materia sobredita tratar, & concluir este dito contrato de naugação, & comercios, & bem assi de

socorro,

socorro, & igualmête de tregoa, & suspensão de
 todo o acto de hostelidade, por tempo de dez annos
 assi como de hũa, & outra parte entenderem que con-
 uem ao bem commum, & aos Reynos, & Regiões
 de huns, & outros, conforme á presente detrimina-
 ção dos tempos, & das cousas, & tambem para of-
 fensa de el Rey de Castella inimigo commum; & pro-
 metemos liure, & puramente, & cõ boa fee, de auer-
 mos por agradauel, não sòmente tudo aquillo, que
 pellos ditos Senhores nossos Deputados naquelle ne-
 gocio for feito, aceitado, & concluido, sem contra-
 dição, impedimento, ou algum acto contrario a este,
 direita, ou indireitamête, de quelquer modo, & meo,
 que fazerse possa, & emqualquer tẽpo, guardaremos
 e faremos guardar, como firme, e inuiolauel, e per-
 manente, mas ainda para sempre o ratificaremos, e
 faremos para isso os documẽtos, e estromẽtos na mi-
 lhor forma, dos quais S. Magestade se aja por satisfei-
 to. Dada no nosso Conselho, debaixo de nosso sello
 mayor, com o sinal, e firma do nosso Secretario, em
 Haya do Conde aos noue dias de Junho, anno de mil
 e seiscentos, e quarenta e hum. Deste sinal estaua,
 Assuero, Haersolte Vt. Abaixo estaua; Por manda-
 do delles, e assinado. Cornelio Murs; tendo o sello
 em sera vermelha pendendo por hũa cordinha dobra-
 da, tecida com fios de seda vermelha, e ouro.

E Nos o Embaixador, e Cõmissario so breditos cõ

noſſas proprias mãos aſſinamos ao pê eſte tratado,
& com noſſos ſinetes o firmamos, feito Haya do
Conde, aos doze dias de Junho, anno de mil, ſeis-
centes & quarenta & hum.

Triffão de Mendoga Furtado. Ruger Huijghens.
Iuan Brouchouen; Cats, Gſvan Vosberghen; Ioan
van Reede, Iuan Veltdriel. Vanhaerfolte. VVig-
bolt. Aldringa.

E Por tanto auendo Eu viſto o di-
to tratado de tregoaſ, & ceſſa-
ção de todo o acto de hoſtelidade,
& juntamente de ſocorro, por tem-
po de dez annos, & querêdo o acei-
tar, o aceitei, approuei, & ratifi-
quei, como em effeito, & pella pre-
ſente minha carta Patente o aceito,
approuo, ratifico, & confirmo, pro-
metendo de obſeruar, guardar, &
cumprir inuiolauelmente todas as
couſas nella conteudas, & que não
admi-

admitirey que por modo, ou acontecimento algum que aja, ou possa auer, directa, ou indirectamente, se contradiga, ou va contra elle, de baixo da hypoteca, & obrigação de todos os bens, & rendas geraes, especiaes, presêtes, futuras de meus Reynos, Estados, & Coroa Real, com tal declaração, que para mais certa, & prompta execução do que se contem, no Artigo vinte seis do dito tratado, a cerca do exercicio da Religião que professaõ os moradores, & subditos das ditas Prouincias Vnidas, por ser materia a q̃ não alcança a suprema Iurisdicção Real secular de que uso, mandarei recorrer ao muito Sancto Padre Urbano Papa octauo, para que cõ

D 3 seu

seu consentimento, & approuação
sestabileza, & confirme; & que en
tre tanto, serão os subditos, & na
turaes das ditas Prouincias Vnidas,
em todos meus Reynos, Eftados, &
Senhorios, tratados com tanto fa
uor, & beneuolencia, & de tal mo
do, que pella dita causa da Consciê
cia, & Religião se lhes não dê mo
lestia, nem inquietação algũa, co
mo elles não derem escandalo, &
por verdade, fee, & firmeza de tu
do, mandey passar a presente carta
por mim assinada, & sellada com o
fello grande de minhas Armas; Da
da nesta Cidade de Lisboa, aos de
zoito dias do mes de Nouembro:
Balthasar Rodriguez Coelho, a fez
Anno do Nascimento de nosso Se
nhor

nhor Iesu Christo, de mil & seiscē-
tos & quarenta & hum. E eu Fran-
cisco de Lucena do Conselho de
Sua Sacra Real Magestade, & seu
Secretario de Estado a fiz escreuer
EL REY.

229

CB

P8539

1642

M *Anda el Rey nosso Senhor, que Agostinho
de Faria seu liureiro, faça imprimir esta
copia das tregoaas celebradas pelo Embaixador
de Sua Magestade, com os Altos, & Poderoso-
sos Estados Geraes das Prouincias Unidas dos
Paizes baixos, & que nenhum outro Impres-
sor, ou liureiro as possa imprimir, nem vender
sem licença sua sobpenna de duzentos cruza-
dos applicados a catiuos, & accusador. Em
Lisboa a 30. de Dezembro de 1641.*

Francisco de Lucena.

Impressas em Lisboa, por mandado de S. Magestade
Por Antonio Alvarez seu Impressor.

Anno de 1642.

CB
P 539
1842
1

1850

